TJDFT Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

GPR
Gabinete da Presidência

Praça Municipal, lote 1, bloco A, 3º andar, sala 3.024-1, CEP 70094-900, Brasília-DF
(61) 3103 7115 | presidencia@tjdft.jus.br

Ofício 693/2025/GPR

Brasília, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ
Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Assunto: **SEI 0020457/2022. Termo de Cooperação Técnica nº 032/2022. Cumprimento integral.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência o cumprimento integral do objeto do Termo de Cooperação Técnica nº 032/2022, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e este Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT.

2. O referido Termo teve como o escopo a conjugação de esforços para a realização de estudos, o desenvolvimento e o uso colaborativo, na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), de um módulo para gestão e tratamento arquivístico (PJe-Arq), bem como para o arquivamento digital seguro no Repositório Digital Confiável (RDC-Arq).

3. A colaboração teve por objetivo criar uma solução integrada e padronizada para todo o Poder Judiciário, plenamente alcançada com o respectivo registro na PDPJ, disponível no endereço eletrônico https://git.cnj.jus.br/groups/pje2.1-projetos_tjdft/] (https://git.cnj.jus.br/groups/pje2.1-projetos_tjdft/, permitindo, assim, o uso amplo e colaborativo desse notável módulo de gestão e tratamento arquivístico, desenvolvido neste TJDFT, por todos os tribunais do País.

4. Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência votos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Desembargador **WALDIR LEÔNCIO JÚNIOR**
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Leôncio Cordeiro Lopes Júnior**, **Desembargador Presidente**, em 12/09/2025, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4667263** e o código CRC **3EBCE04E**.



Criado por t321404, versão 6 por t318840 em 11/09/2025 17:16:37.